
OS BANCOS NA ERA LULA: UMA ANÁLISE DOS ÍNDICES DE RENTABILIDADE DOS QUATRO MAIORES BANCOS DO PAÍS DO PERÍODO DE 2003 A 2010

THIAGO TELES DE CASTRO [*templarios_cruzadas@yahoo.com.br*]

Recebido em 16/dezembro/2014
Aprovado em 20/maio/2014
Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

RESUMO

Durante a era neoliberal a burguesia financeira/rentista se tornou hegemônica globalmente. No Brasil, as instituições financeiras, principalmente os bancos múltiplos com carteira de banco comercial, aumentaram sensivelmente os seus lucros. Tais fatos levaram a uma centralização cada vez maior dos ativos financeiros em quatro instituições bancárias. São elas: Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Itaú Unibanco. Com a eleição do primeiro proletário para a presidência da república, questionou-se se esta situação de liderança das burguesias financeira/rentista se manteria. Todavia, as políticas macroeconômicas adotadas favoreceram esse segmento da sociedade, com a manutenção de juros elevados, aumento do superávit primário e câmbio flutuante. Não foram identificados estudos sobre os índices de rentabilidade dessas instituições durante o governo Lula. Destarte, serão utilizadas as demonstrações contábeis publicadas de 2003 a 2010 das quatro instituições supra mencionadas para o cálculo desses indicadores. Verificou-se que no período intensificou-se a concentração de instituições e de ativos.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo. Governo Lula. Bancos Múltiplos. Demonstrações Contábeis. Índices de Rentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

O sistema financeiro é um dos entes fundamentais de uma economia nacional. Ele promove a intermediação entre os agentes econômicos superavitários (aqueles cuja sua renda é maior que os seus gastos) e os agentes econômicos deficitários (aqueles que suas oportunidades de gastos são maiores que sua renda).

Segundo Hillbrecht (1999, p. 19):

O sistema financeiro provê serviços importantes para a economia. Seu objetivo primordial é transferir fundos de poupadores, cuja renda é maior que sua disposição em gastar, para aqueles que gostariam de gastar mais que a sua renda e têm boas oportunidades de investimento produtivo. Essa transferência aumenta a possibilidade de produção de bens e serviços na economia e melhora a vida dos consumidores ao permitir que eles antecipem ou posterguem consumo de acordo com suas necessidades.

Entre os intermediários financeiros, destacam-se os bancos múltiplos com carteira Comercial. Eles foram criados por volta de 1988, permitindo uma instituição financeira atuar como banco comercial, banco de investimento, banco de desenvolvimento, sociedade de crédito, financiamento e investimento e sociedade de crédito.

Estes bancos múltiplos foram altamente beneficiados com a implementação e evolução do projeto neoliberal, principalmente a partir da crise cambial, em 1999. Onde

imperavam as lógicas: taxas de juros elevadíssimas, câmbio flutuante e superávits fiscais acima de 4,25% do PIB. Eles apresentaram resultados cada vez mais elevados neste período.

No atual cenário de desenvolvimento acadêmico, não existe material disponível analisando os bancos múltiplos e nem seus índices de rentabilidade do período de 2003 a 2010 (pós- FHC). Diante de tal contexto, o tema deste trabalho será uma análise dos índices de rentabilidade das quatro maiores instituições financeiras do Brasil no período de 2003 a 2010 [o denominado governo Lula].

A principal problemática a qual este trabalho se propõe é: **Em que medida as quatro maiores instituições financeiras brasileiras melhoraram seus índices de rentabilidade, no governo Lula (2003-2010)?**

O principal objetivo deste trabalho é analisar os índices de lucratividade das quatro maiores instituições financeiras brasileiras, do período de 2003 a 2010 (governo Lula). Para isto busca-se: compreender a organização do Sistema Financeiro Nacional, identificando diferentes formas de atuação no período estudado; identificar a composição das instituições financeiras (fusões e aquisições) no período e as suas implicações; e levantar os índices de rentabilidade dos quatro maiores Bancos Múltiplos, com carteira de Banco Comercial.

O sistema bancário brasileiro tornou-se protagonista da economia nacional, com o início do neoliberalismo. Com um destaque especial para os Bancos Múltiplos com carteira de banco comercial. Eles aproveitaram-se da política monetária de juros elevados, para aumentar suas margens de lucros.

Diante de tal contexto é indispensável uma análise detalhada dos índices de rentabilidade das quatro maiores instituições financeira brasileira. Essa análise terá como base as demonstrações contábeis publicadas por essas instituições financeiras.

Com isto, poderemos identificar qual foi o banco múltiplo com carteira de banco comercial que mais lucrou neste período; aquele que teve uma maior evolução na sua lucratividade; e um maior desenvolvimento operacional.

Um aspecto importante a ser desvendado por este trabalho é saber quem ou qual grupo econômico da sociedade que mais se apropriou do excedente econômico gerado por estas organizações. Este aspecto é importante para evidenciar qual é o principal beneficiado por estas organizações.

Vale ressaltar também, a importância da análise da evolução da lucratividade dessas instituições durante o governo Lula. O Ex-presidente Lula, atualmente, é conhecido mundialmente por suas políticas sociais e pelo avanço da classe média no Brasil. Por isso é fundamental olhar o seu governo por outro viés, justamente analisando um dos setores mais lucrativos da economia nacional.

Um das metodologias fundamentais a serem utilizadas para alcançar os objetivos propostos por este trabalho é a pesquisa bibliográfica. Ela é necessária, pois, faz-se necessário entender em qual contexto encontram-se os cinco maiores bancos múltiplos com carteira de banco comercial do país. Sendo assim, buscou-se descrever a organização do Sistema Financeiro Nacional.

Outra metodologia primordial para o êxito deste projeto é a pesquisa documental. Pois foi necessário fazer um levantamento das demonstrações contábeis das instituições

financeiras do período de 2003 a 2010, para a análise dos índices de rentabilidade.

Além desta parte introdutória o trabalho contempla nas seções subsequentes: uma revisão bibliográfica sobre o tema, com destaques para o Brasil e o setor financeiro antes e durante o governo Lula (Seção 2); o processo de centralização do capital financeiro durante a era Lula (Seção 3); a intermediação financeira (Seção 4); o sistema financeiro nacional (Seção 5); análise de balanços e indicadores de rentabilidade (Seção 6); apuração e análise dos dados (Seção 7); os índices de rentabilidade (Seção 7.1); e as considerações finais dos estudos (Seção 8).

2 O BRASIL E O SETOR FINANCEIRO ANTES E DURANTE O GOVERNO LULA

Buscando compreender o que ocorreu com os Bancos no Governo Lula (2003 - 2010), e conseqüentemente com suas lucratividades, é necessário caracterizar os capitalistas financeiros e contextualizar o período a ser estudado.

Para Minella (1988) a formação social capitalista possui uma trama complexa de contradições e antagonismo sociais. Ele afirma que a contradição principal continua sendo o enfrentamento burguesia contra proletariado, ou seja, o processo de criação e apropriação da mais-valia. Todavia, existe contradições entres as frações burguesas, seja a nível econômico, pela divisão da mais-valia gerada, seja a nível político, pela participação e controle do Estado burguês. O autor vai além, afirmando que o lucro dos bancos seria uma dedução da mais-valia extraída pelos capitalistas produtivos. Este fato, seria a principal evidência das relações e conflitos Inter burgueses. Afirma ainda que as periódicas e intrínsecas crises capitalistas, no caso brasileiro, geralmente favorecem a fração financeira da burguesia.

O governo Lula assume a administração do Estado brasileiro num período em que a ideologia neoliberal é hegemônica a nível mundial. Destarte, é necessário compreendermos o neoliberalismo em si e suas conseqüências para os Bancos.

Bresser-Pereira (2010) afirma que o neoliberalismo buscava a diminuição do tamanho do Estado e desregular todos os tipos de mercados, principalmente o mercado financeiro. Com ele, surge o Capitalismo financeirizado, ou seja, o capitalismo em que a acumulação de capital é hegemônica pelo setor financeiro.

Ele possui três características centrais: um enorme aumento no valor dos ativos financeiros em circulação no mundo, como conseqüência da multiplicação dos instrumentos financeiros, facilitado pela securitização e pelos derivativos; a separação entre a economia real e a economia financeira, com a criação descontrolada de riqueza financeira fictícia em benefício da burguesia financeira; e um grande aumento na taxa de lucro das instituições financeiras, sobretudo na sua capacidade de pagamento de grandes bonificações aos operadores financeiros, por sua capacidade de aumentar as rendas capitalistas.

No Brasil, segundo Filgueiras (2006), a era neoliberal começou com o governo Color. Nesta etapa, houve uma transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais, uma intensa fragilidade financeira-econômica do estado e a subordinação crescente da economia nacional aos fluxos internacionais de capitais.

Ele discorre sua obra afirmando que com Color, houve a liberalização comercial (quedas nas barreiras contra as importações, principalmente de produtos industriais) e a privatização de dezoito empresas

públicas. Portanto, a taxa de desemprego praticamente dobrou de 1989 a 1992. Neste quadro a fração hegemônica da burguesia sobre o Brasil seria: o capital financeiro internacional, os grandes grupos econômico-financeiros nacionais e o capital produtivo multinacional. Vale ressaltar, que com a destituição de Collor, o neoliberalismo no Brasil não foi interrompido, todavia, teve uma significativa redução no seu ritmo de implementação.

Para o autor a segunda fase de implementação do projeto neoliberal no Brasil se deu no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1998). Ela se deu sobre a hegemonia do capital financeiro. Os seus principais aspectos foram: estabilização monetária, apoiada na valorização cambial; taxas de juros elevadas (chegando a quase 50% a.a.); desregulamentação, abertura comercial e financeira; privatização; e desregulamentação do mercado de trabalho.

Vale ressaltar que nesta etapa, segundo Corrêa (2004) o Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) – colocou como ente principal o Setor Financeiro Nacional, através do qual injetou recursos públicos nos Bancos que se encontravam em dificuldades financeiras. Logo em seguida, abriu as grandes corporações financeiras internacionais a participação na privatização e desnacionalização do setor.

A terceira fase começa no segundo governo de FHC (1999 - 2002), onde houve um aperfeiçoamento e ajuste no projeto neoliberal. Esse ajuste ocorreu por conta das sucessíveis crises cambiais, principalmente a de 1999. Essa fase teve como eixo central: taxas de juros elevadas, metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário elevados.

Em relação ao lucro dos Bancos neste período, Filgueiras (2006, p. 28) afirma que: “O predomínio do capital financeiro na sociedade, e na sua relação com o capital produtivo, se expressa, de forma contundente, nas políticas econômicas implementadas e nos resultados econômicos (lucros) obtidos pelas instituições financeiras; esteja a economia crescendo ou não”.

Este quadro econômico não mudou no governo Lula, ao contrário, foi aprofundado. Filgueiras (2006, p. 186) afirma que:

Em particular o governo Lula deu prosseguimento (radicalizando) à política econômica implementada pelo segundo governo FHC, a partir da crise cambial de 1999: metas de inflações reduzidas, perseguidas por meio da fixação de taxas de juros elevadíssimas; regime de câmbio flutuante e superávits fiscais acima de 4,25% do PIB nacional. Adicionalmente, recolocou na ordem do dia a continuação das reformas neoliberais – implementando uma reforma da previdência dos servidores públicos e sinalizando para uma reforma sindical e das leis trabalhistas–, além de alterar a Constituição para facilitar o encaminhamento, posterior, da proposta de independência do Banco Central e dar sequência a uma nova fase das privatizações, com a aprovação das chamadas Parcerias Público-Privado (PPP), no intuito de melhorar a infraestrutura do país – uma vez que a política de superávits primários reduz drasticamente a capacidade de investir do Estado. Por fim, completando o quadro, reforçou as políticas sociais focalizadas (assistencialistas).

Em contraste com a posição de Filgueiras, Singer (2012) afirma que Lula construiu um governo de conciliação de classes, pois, a manutenção da tríade juros altos, superávits primários e câmbio flutuante fariam o papel de acalmar o capital, principalmente o capital financeiro. Já a simpatia passiva dos trabalhadores, para quem os ganhos reais do salário mínimo, a ampliação dos programas sociais

e sua consequente ativação do mercado interno e a recuperação do mercado de trabalho interno; representaram benefícios reais. Estes fatos garantiram a paz necessária durante seu governo.

Singer (2012) argumenta que a base de apoio do lulismo é um subproletariado (principalmente os das regiões norte e nordeste do país) que tem expectativas de um estado forte o suficiente para diminuir as desigualdades sociais, todavia, sem ameaçar a ordem socioeconômica estabelecida.

3 O PROCESSO DE CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO DURANTE A ERA LULA

Nesse contexto neoliberal os bancos assumiram um papel fundamental na atual fase do capitalismo. Neste período neoliberal-monopolista, diversas frações da burguesia (industriais, agrícolas, serviços, etc.) ficaram subordinadas ao capital financeiro.

O processo de centralização do capital financeiro, a nível global, já havia sido percebido por Lênin (2011) no início do século XX. Ele afirma que o capitalismo estaria envolto em crises sistêmicas. Sendo assim, essas crises tendem a ter um efeito centralizador no capital; pois, visando sobreviver e aproveitando as oportunidades, as organizações se concentrariam (em processos de fusões, aquisições e incorporações), aumentando as suas rentabilidades e reduzindo os seus custos. Nesse contexto o capital financeiro teria hegemonia sobre as outras formas de capital.

A centralização do capital financeiro no Brasil obteve um destaque maior a partir das reformas bancárias empreendidas em 1964-1965. Como resultado dessas reformas, o número de agências bancárias mais que dobrou, todavia, o número de instituições bancárias teve uma queda de 30%. Em 1988 foi criada a figura dos bancos múltiplos, com carteira de banco comercial. Esse fato, intensificou ainda mais o processo de centralização do capital financeiro. Em 1970 o Brasil possuía 517 instituições bancárias, já em 2004 possuía somente 164. Uma queda de 68%. Durante o governo Lula (2003-2010) houve três grandes incorporações de instituições bancárias, por outras instituições bancárias. O Itaú Holding incorporou o UNIBANCO, o Banco do Brasil incorporou a Nossa Caixa e o Santander incorporou o Real (BACEN, 2013).

A concentração bancária no Brasil não se resume somente ao número de instituições. Ela é evidenciada também na concentração dos ativos. Em dezembro de 2010, 56,17% dos ativos do Sistema Financeiro Nacional estavam concentrados em quatro instituições. São elas: Banco do Brasil, Itaú, Caixa Econômica Federal e Bradesco (BACEN, 2013).

Por conta deste fato, a análise dos indicadores propostos por este trabalho, serão justamente dessas quatro instituições.

4 A Intermediação Financeira

Lopes & Rosseti (2011, p. 406) afirmam que:

A existência da intermediação financeira pressupõe, como requisito fundamental, que o sistema econômico tenha superado o estágio primitivo das trocas diretas em espécie. [...] em uma economia em que as trocas se estabelecem por meio do escambo, não há possibilidade de formação de mercados monetários e de intermediação de ativos financeiros.

Corroborando com Lopes & Rosseti (2011), neste tipo de sociedade o aumento da poupança ocorre quando existe um aumento dos estoques dos ativos reais produzidos e não consumidos no período corrente. Já os investimentos, são realizados na forma de produção de ativos reais que sirvam como novos instrumentos de produção.

Em função do próprio desenvolvimento deste tipo de sistema, estas formas primitivas cedem lugar a tipos mais avançados de organização econômica, onde a moeda (em uma primeira fase) e a intermediação financeira (em uma segunda fase) são introduzidas.

É neste cenário de desenvolvimento da economia capitalista, que o Sistema Financeiro Nacional se organiza e está inserido. Ele é um elemento dinâmico no processo de crescimento e desenvolvimento econômico, pois permite a alocação eficiente dos recursos econômicos disponíveis e eleva a taxa de investimento e de poupança.

Portanto, para entendermos o papel que os bancos múltiplos, com carteira de banco comercial, desenvolvem na economia nacional, é necessário descrevermos e entendermos como se organiza o Sistema Financeiro Nacional.

5 O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Sistema Financeiro Nacional pode ser dividido em dois grupos: o subsistema normativo e o subsistema de intermediação. O subsistema normativo é composto pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e suas quatro comissões consultivas; o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC); Banco central do Brasil (Bacen), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência de Seguros Privados (Susep) e Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). Estes órgãos têm como objetivo regular, controlar e fiscalizar as instituições de intermediação financeira (FORTUNA, 2011).

Vale ressaltar que ao Bacen e a CMN cabem a adequação dos volumes dos meios de pagamentos as necessidades da economia brasileira, assim como a regulação dos valores internos e externos da moeda nacional.

Por fim o subsistema de intermediação. Ele é formado pelas instituições de intermediação, bancárias, não bancárias e auxiliares. Elas operam em segmentos específicos dos mercados monetários de crédito, de capitais e cambiais, subordinando-se as normas emanadas das instituições dos subsistemas normativos e de supervisão.

A entidade superior do Sistema Financeiro Nacional é o Conselho Monetário Nacional (CMN). O CMN é o responsável pela fixação das diretrizes da política monetária e creditícia.

O órgão executivo central do Sistema Financeiro Nacional é o Banco Central do Brasil (Bacen), cabe-lhe cumprir e fazer cumprir as disposições que regulam o funcionamento deste sistema e as diretrizes e normas expedidas pelo conselho Monetário Nacional.

A Comissão de Valores Mobiliários tem como o objetivo desenvolver, disciplinar e fiscalizar do mercado de valores mobiliários não emitidos pelo sistema financeiro e pelo Tesouro Nacional. Basicamente o mercado de ações e debêntures. Ela estimula a aplicação de poupança

no mercado acionário, assegurando o funcionamento eficiente e regulando a bolsa de valores e outras instituições auxiliares que operam neste mercado.

Compete a CVM a fiscalização na emissão, no registro, na distribuição e na negociação de títulos emitidos pelas sociedades anônimas e de capital aberto.

Para Lopes e Rossetti (2011, p. 455) os Bancos Comerciais:

No quadro geral do sistema de intermediação financeira do país, os bancos comerciais e as carteiras comerciais de bancos múltiplos constituem a base do subsistema monetário. Possuem a faculdade de criar, sob efeito multiplicador, a principal fração do conceito convencional de moeda – a moeda escritural, constituída pelo total de depósitos a vista nessas instituições.

Portanto para ambos um banco comercial, ou um banco múltiplo com carteira de comercial, é um intermediário financeiro que recebe recursos de quem tem (depósitos a vista) e os distribuem através do crédito seletivo a quem necessita de recursos, criando moeda através do efeito multiplicador.

Para o Bacen o principal objetivo dessas instituições é propiciar o suprimento oportuno eficaz dos recursos necessários para financiar, no curto e no médio prazo, o segmento empresarial e as pessoas físicas.

Apesar que a partir de 1986 o Banco do Brasil deixou de exercer atividades típicas de um Banco Central, ele ainda ocupa posição de destaque como parceiro do Governo Federal. Ele é o principal executor da política de crédito rural no país.

Além disto, ele centraliza a arrecadação de rendas e tributos federais, administra a Câmara de Compensação de cheques e outros papéis e efetua os pagamentos e suprimentos necessários à execução do Orçamento Geral da União.

O principal banco de desenvolvimento do país é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além deste, ainda existem o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia e os bancos de desenvolvimento estaduais.

Uma das principais metas do BNDES é impulsionar o desenvolvimento econômico nacional, estimulando a expansão da economia brasileira e de crescimento continuado do PIB. Outro importante objetivo é fortalecer o setor empresarial nacional, estimulando a formação da grande empresa.

Já os Bancos de Investimentos surgiram da necessidade de fornecer capital de giro ou capital fixo, para o empresarial privado, com prazos dilatados. Ou seja, eles operam com recursos de médio e longo prazo, favorecendo a capitalização do setor privado.

Eles visam incentivar a melhoria da produtividade e da competitividade das empresas em escala global, fortalecendo o capital social das empresas, por meio de subscrição ou aquisição de títulos e valores mobiliários para investimento ou revenda no mercado de capitais.

Essas instituições podem captar recursos tanto internamente, bem como externamente. A captação é geralmente realizada através de repasses de recursos de instituições oficiais, depósitos a prazo fixo ou na colocação ou distribuição, no mercado de capitais, de títulos cambiais e debêntures, bem como a venda de cotas de fundos de investimento por eles administrados.

O Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) é parte fundamental do SFN. Ele é constituído pelas Sociedades de Crédito Imobiliário, Associações de Poupança e

Empréstimos e pelas carteiras imobiliárias das Caixas econômicas e dos Bancos Múltiplos. Todas elas visam o financiamento de imóveis residenciais, reduzindo o déficit habitacional no país.

As Sociedades de Crédito Imobiliário operam basicamente com recursos originários de letras imobiliárias, depósitos de poupança e de repasses da Caixa Econômica Federal. Já as Associações de Poupança e Empréstimos são sociedades civis, restritas a determinadas regiões, de propriedade de seus associados e sem finalidade lucrativa. Os depósitos em caderneta de poupança são seus instrumentos básicos de captação de recursos. Os depositantes adquirem vínculo societário e a remuneração de suas poupanças advém dos resultados líquidos da associação ao qual ele passou a ser vinculado.

Atualmente, só existe uma Caixa Econômica, a Caixa Econômica Federal. Ela é resultado da unificação de 23 caixas econômicas existentes até 1969. Sua principal atividade é integrar o SBPE. Todavia, ela equipara-se aos bancos comerciais e aos bancos múltiplos, pois pode captar depósitos a vista, realizar operações ativas e de crédito e efetuar prestações de serviços.

Além dessas atividades, ela também exerce o monopólio sobre as operações de penhor, tem a competência para a venda de bilhetes das loterias e centraliza o recolhimento e a aplicação dos recursos oriundos do FGTS.

As Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (Financeiras) são instituições especializadas na intermediação de recursos a médio e longo prazo, para o financiamento da compra de bens e serviços pelos consumidores (o popular “crediário”).

A resolução 1.524/88 do CMN criou os Bancos Múltiplos. Antes dessa resolução, diversos grupos financeiros atuavam em várias carteiras financeiras diferentes, sob formas de diversas empresas. Com o surgimento do Banco Múltiplo, diversas empresas financeiras poderiam se constituir em uma única instituição, com personalidade jurídica própria e, portanto, com um único balanço. Como consequência, elas teriam uma significativa redução de custos.

Para se configurar como Banco Múltiplo a instituição deve possuir pelo menos duas das seguintes carteiras: comercial, investimento, crédito imobiliário, aceite e leasing. Vale ressaltar, que obrigatoriamente uma dessas carteiras deve ser comercial ou a de investimentos.

As Bolsas de Valores são as instituições para quais convergem as operações que se realizam no mercado acionário no país. Contudo, para Lopes e Rossetti (2011), este nível de intermediação financeira se constitui o último grau de evolução de um sistema financeiro. No Brasil, este tipo de intermediação movimentava volumes de poupança pouco expressivos, em relação ao total da poupança financeira.

Elas são constituídas sob forma de associações civis, tendo como principal objetivo manter um local adequado para o encontro de seus membros e para a realização, entre eles, de transações de compra e venda de títulos e valores mobiliários, em mercado livre e aberto, organizado e fiscalizado pelos próprios membros e pelas autoridades monetárias.

Vale lembrar que também cabe a elas organizar e administrar o mecanismo de registro e liquidação das operações realizadas.

6 ANÁLISE DE BALANÇOS E INDICADORES DE RENTABILIDADE

Segundo Neves e Viceconti (2007, p.425), a análise de balanços é o “Estudo da situação patrimonial da entidade, através da decomposição, comparação e interpretação dos conteúdos das demonstrações contábeis, visando obter informações analíticas e precisas sobre a situação geral da empresa”.

Como o principal objetivo deste trabalho é a análise dos quatro maiores Bancos Múltiplos, com carteira de Banco Comercial, durante o governo Lula (2003 – 2010), utilizou-se a análise horizontal de balanços. Ela visa fornecer informações numéricas, de dois ou mais períodos, de modo a fornecer ferramentas aos diversos usuários das Ciências Contábeis (acionistas, administradores, fornecedores, clientes, governos, instituições financeiras, investidores, etc.) interessados em conhecer a situação financeira da organização ou para a tomada de decisões.

Para Bruni (2010, p.69) “duas grandes variáveis costumam serem analisadas em finanças: dinheiro e tempo. A relação entre dinheiro e tempo fornece as medidas de rentabilidade. Na análise das demonstrações contábeis duas grandes medidas de performance financeira costumam ser usadas.”. Segundo o autor a primeira seria o ROI (*Return On Investment*), que significa retorno sobre os investimentos. Ele representa a medida de rentabilidade da operação como um todo, correlacionando a relação entre os lucros líquidos da operação gerados e os seus investimentos; a segunda seria o ROE (*Return On Equity*), que significa retorno sobre o patrimônio líquido. Ele mede a rentabilidade dos capitais próprios, correlacionando os lucros líquidos da operação e os seus recursos próprios.

Num trabalho realizado por Assaf Neto (2012, P.310), em relação aos índices de rentabilidade e lucratividade, ele afirma que:

A atividade bancária comporta-se similarmente aos demais tipos de negócios, diferenciando-se basicamente pela natureza dos fatores colocados à disposição. Numa instituição financeira, os recursos captados representam suas matérias-primas, que são negociadas principalmente sob formas de créditos e empréstimos concedidos e investimentos.

Portanto, não existe diferenciação entre os cálculos e as análises, desses índices, entre as organizações que ocupam os mais diversos ramos de atividades econômicas.

Utilizarou-se, na análise, os seguintes índices de rentabilidade: rentabilidade sobre o capital próprio, taxa de retorno sobre os investimentos, retorno médio das operações de crédito e lucratividade dos ativos.

O índice de rentabilidade sobre o capital próprio mede a remuneração do capital dos proprietários (PL) aplicados na organização. Ele é calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{Taxa} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Já a taxa de retorno sobre os investimentos (TRI) mede o poder de ganho da empresa. Ela é obtida pela seguinte razão:

$$\text{TRI} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Médio}}$$

Vale ressaltar que o Ativo médio é obtido pela média entre o ativo inicial e o ativo final do exercício. O retorno médio das operações de crédito e a lucratividade dos ativos são evidenciados pelas seguintes equações:

$$\text{Retorno Médio das Operações de Crédito} = \frac{\text{Receitas Financeiras de Operação de Crédito}}{\text{Operações de Crédito}}$$

$$\text{Lucratividade dos Ativos} = \frac{\text{Receitas de Intermediação Financeira}}{\text{Ativo Total}}$$

7 APURAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados referentes aos Balanços Patrimoniais e as Demonstrações de Resultado dos Exercícios, dos bancos a serem analisados, foram retirados de suas publicações anuais e estão contidas em seus respectivos sites na internet.

A primeira tabela, refere-se as receitas de intermediação financeira geradas pelos bancos. Já a segunda tabela relaciona os lucros líquidos dos exercícios.

TABELA 1 - Receitas de Intermediação Financeira dos Quatro Maiores Bancos do País do Período de 2003 a 2006 (em milhares de Reais).

BANCO/ANO	2003	2004	2005	2006
BANCO DO BRASIL	R\$33.624.646	R\$30.770.065	R\$33.315.960	R\$37.147.379
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	91,51%	99,08%	110,48%
BRADESCO	R\$27.529.706	R\$26.203.227	R\$33.701.225	R\$38.221.635
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	95,18%	122,42%	138,84%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$25.050.909	R\$21.344.249	R\$26.012.847	R\$27.979.525
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	85,20%	103,84%	111,69%
ITAU UNIBANCO	R\$14.495.764	R\$17.271.070	R\$20.292.190	R\$29.740.487
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	119,15%	139,99%	205,17%

FONTE: Elaboração própria (2013).

TABELA 2 - Receitas de Intermediação Financeira dos Quatro Maiores Bancos do País do Período de 2007 a 2010 (em milhares de Reais).

BANCO/ANO	2007	2008	2009	2010
BANCO DO BRASIL	R\$40.773.097	R\$57.115.713	R\$65.729.138	R\$82.458.831
ANÁLISE HORIZONTAL	121,26%	169,86%	195,48%	245,23%
BRADESCO	R\$41.604.523	R\$57.610.974	R\$62.899.079	R\$70.660.261
ANÁLISE HORIZONTAL	151,13%	209,27%	228,48%	256,67%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$26.827.441	R\$32.298.933	R\$34.554.635	R\$39.387.205
ANÁLISE HORIZONTAL	107,09%	128,93%	137,94%	157,23%
ITAU UNIBANCO	R\$32.129.740	R\$64.740.522	R\$76.727.739	R\$80.325.961
ANÁLISE HORIZONTAL	221,65%	446,62%	529,31%	554,13%

FONTE: Elaboração própria, (2013).

Pode-se perceber que no período analisado o banco que teve o maior crescimento, em termos nominais, em suas receitas de intermediação financeira foi o Itaú Unibanco. Esse fato, deve-se a fusão em o Itaú e o Unibanco no ano de 2008. Ele chegou a ter um crescimento de 554,13% ao final de 2010, em comparação com 2003.

TABELA 3 - Lucro Líquido do Exercício dos Quatro Maiores Bancos do País do Período de 2003 a 2006 (em milhares de Reais).

BANCO/ANO	2003	2004	2005	2006
BANCO DO BRASIL	R\$2.380.982	R\$3.024.006	R\$4.153.602	R\$6.043.777
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	127,01%	174,45%	253,84%
BRADESCO	R\$2.306.339	R\$ 3.060.151	R\$5.514.074	R\$5.054.040
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	132,68%	239,08%	219,14%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$1.616.145	R\$1.419.802	R\$2.073.016	R\$2.386.190
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	87,85%	128,27%	147,65%
ITAU UNIBANCO	R\$3.151.820	R\$3.775.616	R\$5.251.334	R\$4.308.927
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	119,79%	166,61%	136,71%

FONTE: Elaboração própria, (2013).

TABELA 4 - Lucro Líquido do Exercício dos Quatro Maiores Bancos do País do Período de 2007 a 2010 (em milhares de Reais).

BANCO/ANO	2007	2008	2009	2010
BANCO DO BRASIL	R\$5.058.119	R\$8.802.869	R\$10.147.522	R\$11.703.165
ANÁLISE HORIZONTAL	212,44%	369,72%	426,19%	491,53%
BRADESCO	R\$8.009.724	R\$7.620.238	R\$8.012.282	R\$10.021.673
ANÁLISE HORIZONTAL	347,29%	330,40%	347,40%	434,53%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$2.510.098	R\$3.883.289	R\$2.999.706	R\$3.764.411
ANÁLISE HORIZONTAL	155,31%	240,28%	185,61%	232,93%
ITAU UNIBANCO	R\$8.473.604	R\$7.803.483	R\$10.066.608	R\$13.322.963
ANÁLISE HORIZONTAL	268,85%	247,59%	319,39%	422,71%

FONTE: Elaboração própria, (2013).

Pode-se perceber que a maioria dos bancos teve um aumento acima de 400% em termos nominais, quando se compara 2003 com 2010. Com destaque ao Banco do Brasil que teve um aumento de 491,53% no período estudado. O único banco que ficou abaixo desse patamar foi a Caixa Econômica Federal com um aumento de 232,93%. Esse aspecto ocorreu pelo fato da maior parte das receitas da Caixa advirem do financiamento imobiliário (cerca de 70% do crédito imobiliário no país é financiado pela Caixa), cujo o spread é menor do que os créditos comerciais (onde os outros três bancos se concentram) e os prazos para pagamento são maiores.

Uma observação que merece uma maior atenção, é o fato que, a exceção da Caixa, mesmo com a crise financeira internacional (crise está, tida por especialista a maior desde a grande depressão de 1929), que teve seu ápice em 2008, os bancos não tiveram redução

nos seus lucros; muito pelo contrário, eles mantiveram sua trajetória de crescimento.

As despesas com pessoal é uma das despesas mais importantes dos bancos. Por conta disso, ela merece um destaque adicional. Analisando as Demonstrações do Resultado dos Exercícios, constatamos, que ela é coberta por um tipo de fonte de receita que não deveria constar como uma das principais dos bancos. Essas receitas, são as remunerações dos bancos por prestações de serviços.

As prestações de serviços realizadas pelos bancos, incluem serviços realizados para o estado brasileiro (principalmente no Banco do Brasil e na Caixa, com as prestações de serviços sociais), as taxas de administrações de fundos de investimentos, tarifas de manutenção e movimentação de contas correntes, etc. Salientamos que a partir do ano de 2008, por determinação do Bacen, as receitas de tarifas bancárias foram segregadas das receitas de prestação de serviços. Para não distorcer os cálculos e resultados da pesquisa, a partir dessa data essas duas contas foram somadas.

TABELA 5 - Receitas de Prestações de Serviços dos Quatro Maiores Bancos do País do Período de 2003 a 2006 (em milhares de Reais).

BANCO/ANO	2003	2004	2005	2006
BANCO DO BRASIL	R\$5.491.433	R\$6.606.837	R\$7.648.070	R\$8.887.274
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	120,31%	139,27%	161,84%
BRASESCO	R\$4.556.861	R\$5.824.368	R\$7.348.879	R\$8.897.882
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	127,82%	161,27%	195,26%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$4.593.942	R\$4.648.273	R\$5.166.384	R\$5.594.725
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	101,18%	112,46%	121,78%
ITAU UNIBANCO	R\$5.121.169	R\$6.165.286	R\$7.737.051	R\$9.096.573
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	120,39%	151,08%	177,63%

FONTE: Elaboração própria, (2013).

TABELA 6 - Receitas de Prestações de Serviços dos Quatro Maiores Bancos do País do Período de 2007 a 2010 (em milhares de Reais).

BANCO/ANO	2007	2008	2009	2010
BANCO DO BRASIL	R\$9.901.622	R\$11.810.793	R\$13.511.181	R\$15.867.908
ANÁLISE HORIZONTAL	180,31%	215,08%	246,04%	288,96%
BRASESCO	R\$10.805.490	R\$11.215.095	R\$11.611.490	R\$13.103.557
ANÁLISE HORIZONTAL	237,13%	246,11%	254,81%	287,56%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$6.864.576	R\$7.366.149	R\$8.766.404	R\$10.477.146
ANÁLISE HORIZONTAL	149,43%	160,34%	190,83%	228,06%
ITAU UNIBANCO	R\$10.174.445	R\$11.439.279	R\$15.226.953	R\$17.462.587 R\$ 17.462.587.000,00 R\$ 17.462.587.000,00 R\$ 17.462.587.000,00
ANÁLISE HORIZONTAL	198,67%	223,37%	297,33%	340,99%

FONTE: Elaboração própria, (2013).

TABELA 7 - Despesas Com Pessoal dos Quatro Maiores Bancos do País do Período de 2003 a 2006 (em milhares de Reais).

BANCO/ANO	2003	2004	2005	2006
BANCO DO BRASIL	-R\$6.811.750	-R\$7.095.915	-R\$7.473.179	-R\$7.870.755
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	104,17%	109,71%	115,55%
BRADESCO	-R\$4.779.491	-R\$4.969.007	-R\$5.311.560	-R\$5.932.406
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	103,97%	111,13%	124,12%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-R\$4.030.200	-R\$4.739.574	-R\$5.584.780	-R\$6.244.151
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	117,60%	138,57%	154,93%
ITAU UNIBANCO	-R\$3.174.198	-R\$3.319.63	-R\$4.034.370	-R\$4.823.491
ANÁLISE HORIZONTAL	100%	104,58%	127,10%	151,96%

FONTE: Elaboração própria, (2013).

TABELA 8 - Despesas Com Pessoal dos Quatro Maiores Bancos do País do Período de 2007 a 2010 (em milhares de Reais) Continuação.

BANCO/ANO	2007	2008	2009	2010
BANCO DO BRASIL	-R\$9.161.077	-R\$8.870.069	-R\$11.838.434	-R\$13.019.591
ANÁLISE HORIZONTAL	134,49%	130,22%	173,79%	191,13%
BRADESCO	-R\$6.569.547	-R\$7.166.253	-R\$7.966.338	-R\$9.302.386
ANÁLISE HORIZONTAL	137,45%	149,94%	166,68%	194,63%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	-R\$7.158.891	-R\$8.485.004	-R\$9.140.881	-R\$9.954.278
ANÁLISE HORIZONTAL	177,63%	210,54%	226,81%	246,99%
ITAU UNIBANCO	-R\$5.522.765	-R\$7.639.250	-R\$9.832.230	-R\$12.822.261
ANÁLISE HORIZONTAL	173,99%	240,67%	309,75%	403,95%

FONTE: Elaboração própria, (2013).

Analisando esses dados obtidos podemos perceber que o banco que teve o maior crescimento nas receitas de prestações de serviços e nas despesas com pessoal foi o Itaú Unibanco. No primeiro item ele teve um crescimento em 2010 de 340,99% em relação a 2003. Já no segundo ele obteve um crescimento de 403,95%. Mais uma vez ressaltamos que tal fato se deve a fusão ocorrida entre o Itaú e o Unibanco em 2008.

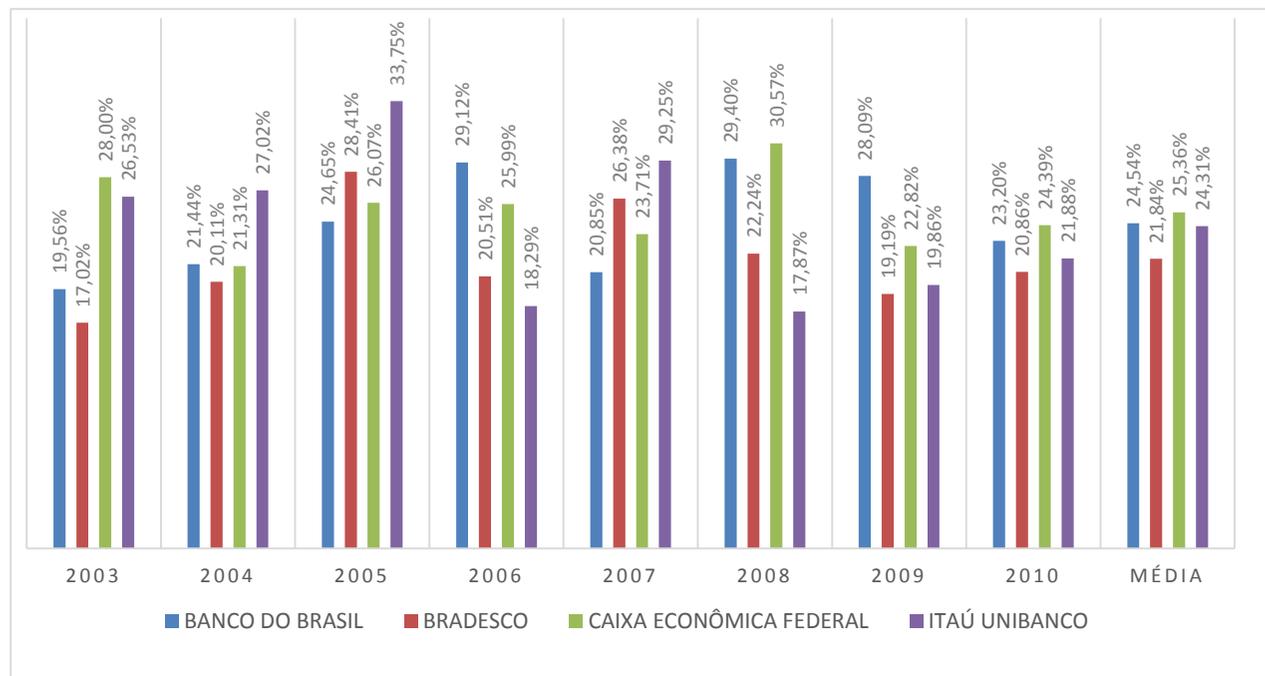
Em relação a despesas com pessoal da Caixa Econômica Federal o aumento de 246,99% em 2010, em relação a 2003, se deve a um fato jurídico. O Supremo Tribunal Federal determinou o fim da terceirização nas áreas consideradas fins. Isso determinou um forte aumento nas despesas com pessoal, como consequência da contratação de funcionários concursados.

Destaque para o fato que na maior parte do período analisado, em especial em 2010, todas as despesas com pessoal são supridas com as receitas de prestações de serviços e ainda sobram recursos.

8 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

O índice do retorno sobre o capital próprio dos quatro bancos analisados segue no gráfico a seguir:

GRÁFICO 1 – Retorno Sobre o Capital Próprio



FONTE: Elaboração própria, (2013).

Com os resultados obtidos, pode-se perceber houve uma grande redução desse indicador no ano de 2009. Esse fato ocorreu principalmente como reflexo da grande crise internacional de 2008.

Outro fato interessante é que antes de sua fusão com o Unibanco, o Itaú era o banco que apresentava os maiores retornos. Tendo o seu ápice em 2005 com 33,75% de retorno sobre o capital próprio.

Como analisa-se aqui um longo período de tempo, o mais lógico é comparar os bancos através da média do período. Considerando a média do governo Lula, o banco que teve o maior retorno sobre o capital próprio foi a Caixa Econômica Federal, com 25,36%. Ela foi seguida pelo Banco do Brasil com 24,54%. Em terceiro lugar aparece o Itaú Unibanco com 24,31%. Por último aparece o Bradesco com 21,84%. Ressaltamos que, com exceção do Bradesco, os resultados dos bancos se situam em um patamar muito próximo um do outro.

Um destaque para os Bancos controlados pela União, pois foram eles que apresentaram as melhores taxas de retorno sobre o capital próprio. Esse fato desmonta a ideologia neoliberal de que o setor privado é mais eficiente que o setor público, não é verdadeira.

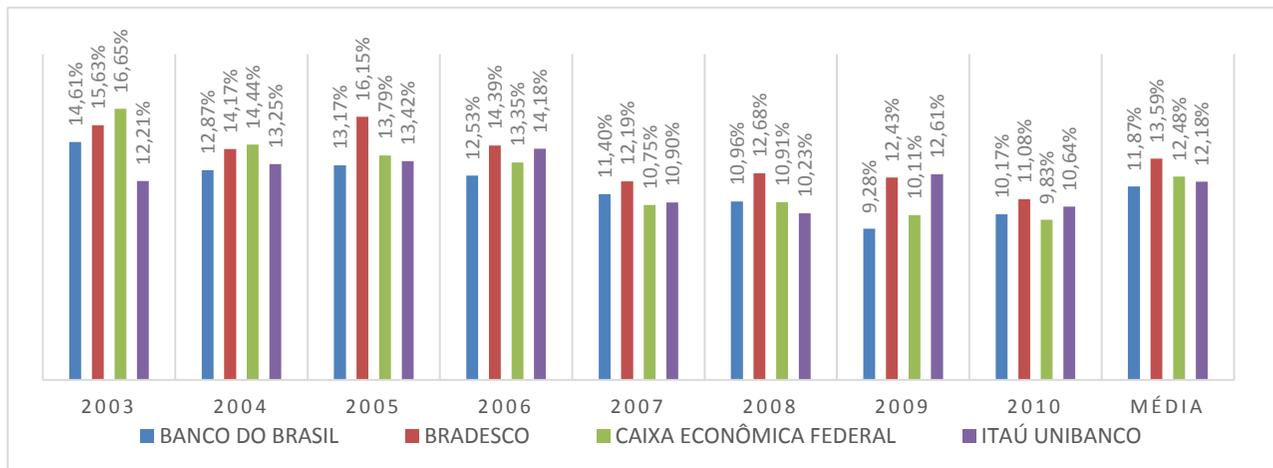
Uma ressalva se faz importante, as taxas alcançadas pelos bancos, nesse índice, são superiores a outros setores da economia nacional. Um exemplo é a PETROBRAS. Analisando suas demonstrações contábeis, a média do seu retorno sobre o capital próprio é de 23,97%. Taxa essa, inferior a maior parte dos bancos analisados. Lembramos que a PETROBRAS é a maior empresa do país e conseqüentemente a maior empregadora.

Em relação ao índice lucratividade dos ativos, conforme podemos perceber no gráfico abaixo, que de 2003 a 2010, de forma geral, houve uma queda nos índices dos quatro bancos. Esse fato

ocorreu por conta da queda da taxa Selic no governo Lula. Ela começou em 25,5% em janeiro de 2003 e terminou em 10,75% em dezembro de 2010. Com essa queda na taxa básica de juros do país, obrigou os bancos a emprestarem mais para poderem manter ou aumentar os seus lucros.

Na média o Banco que atingiu o melhor índice foi o Bradesco com 13,59%. Seguido pela Caixa Econômica Federal com 12,48%. Em terceiro lugar ficou o Itaú Unibanco com 12,18%. Por último veio o Banco do Brasil com 11,87%.

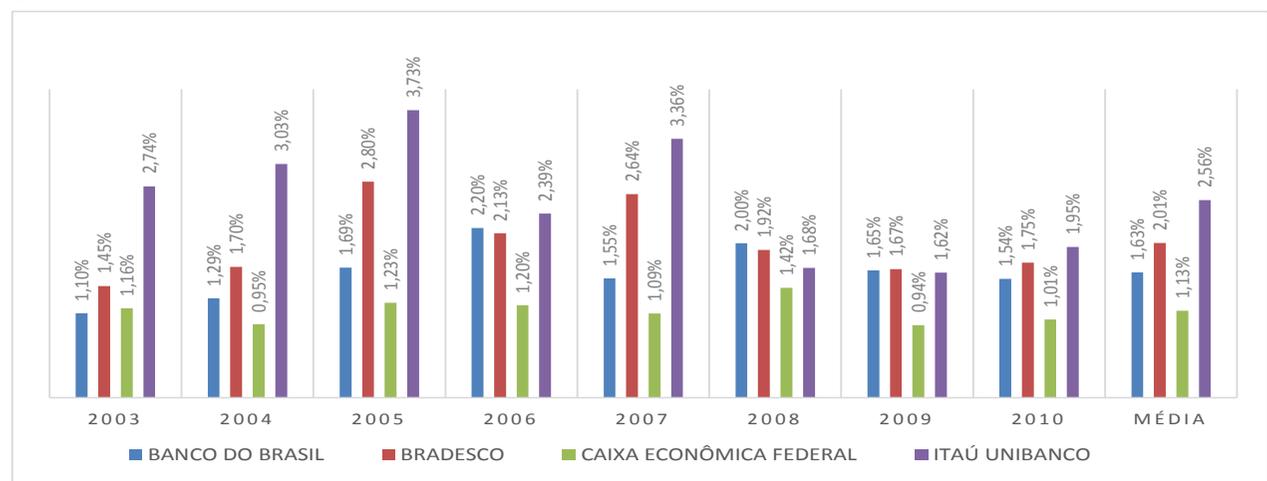
GRÁFICO 2 – Lucratividade dos Ativos



FONTE: Elaboração própria, (2013).

Em relação a taxa de retorno de investimentos (TRI), Assaf Neto (2012) afirma que, no setor bancário, ela é caracteristicamente inferior a outros setores econômicos (a exemplo indústrias, comércio e serviços). Isto ocorre pelo fato do endividamento das organizações financeiras serem elevados (justamente pelo fato de serem intermediadores de recursos), convivendo com uma forte capacidade de alavancagem.

GRÁFICO 3 – Taxa de Retorno de Investimentos



FONTE: Elaboração própria, (2013).

Nesse indicador o setor privado liderou durante todo o governo Lula. Tendo uma trajetória de crescimento até 2007. A partir de 2008 esse índice teve um decréscimo. Na média o que obteve um melhor resultado foi o Itaú Unibanco com 2,56% (apesar da drástica queda em 2008 por conta da fusão). Logo em seguida veio o Bradesco com 2,01%. Em terceiro lugar está o Banco do Brasil com 1,63%. E por último a Caixa Econômica Federal com 1,13%.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os dados obtidos é fato que os bancos, e conseqüentemente a burguesia rentista, manteve taxas elevadas de rentabilidade durante o período compreendido entre 2003 a 2010. Esse fato, é conseqüência das políticas econômicas e fiscais adotadas durante o governo Lula.

Esse fato é levantado por Singer (2012) quando ele afirma, que com o objetivo de acalmar o capital, o governo Lula manteve a tríade taxas de juros elevados, metas de superávits primários elevadas e câmbio flutuante.

Um aspecto interessante descoberto nessa pesquisa, foi o fato que justamente os bancos com o controle acionário do governo federal (Banco do Brasil e Caixa econômica Federal) obtiveram os melhores resultados nos quesitos retorno sobre o capital próprio e lucratividade dos ativos. Isso prova que a ideologia neoliberal de que o estado é um péssimo gerenciador de recursos econômicos é uma falácia.

Todavia, é necessário ter em mente de que vivemos no sistema do capital, onde o estado é mais um instrumento dos capitalistas de se manter sua hegemonia política, ideológica e econômica. Sendo assim, os recursos dos bancos públicos foram utilizados para financiar a burguesia do segmento produtivo (setores agrícola e industrial). Prova disto é o aumento do crédito concedido a esses setores.

Também é necessário analisar outro aspecto. Conforme afirmou o economista Delfim Neto em entrevista concedida a TV Folha em 16/05/2011, o Brasil passa por um processo civilizatório. Fato esse, que faz com que a mobilidade social seja maior; a classe média passa a ser a maior parte da população brasileira; aumento na criação de empregos e na formalização do trabalho; existe aumentos reais e constantes sobre o salário mínimo; a população passa a consumir bens e serviços que antes não tinham condições financeiras de consumir; um aumento nos programas de proteções sociais; e elevação na média de escolaridade do brasileiro (seja através das criações de mais vagas no ensino técnico ou superior).

Então como compreender um governo que mantém a lógica neoliberal (em termos de política econômica e fiscal), conseqüentemente a lucratividade e o retorno dos bancos/burguesia rentista (como comprovado nos cálculos acima) e ao mesmo tempo demonstra, através de suas políticas sociais, que o estado pode e tem poder solucionar os principais problemas sociais do país?

O governo Lula aproveitou um momento de forte expansão da economia mundial (expansão que só terminou com a crise de 2008), um aumento nos preços das commodities exportados pelo Brasil e o sucesso dos programas de proteção social. Esse contexto fez com que a média de crescimento do PIB durante o período do governo Lula fosse 4% a.a. Uma taxa dessas não se via no Brasil desde o final da década de 70, ou seja, logo após duas décadas (décadas de 80 e 90) de crescimento econômico perdidas.

Sendo assim Lula realizou um governo de conciliação de classes, onde ele mantém o aumento

da lucratividade dos bancos e a tríade macroeconômica neoliberal, e por outro lado realiza benesses sociais para as classes mais baixas (como o subproletariado de Singer) e o proletariado.

Essa maneira de governar é comum em governos sociais democratas. O que ocorreu no Brasil durante a era Lula, aconteceu nos EUA, depois das reformas de Roosevelt, e na reconstrução da Europa pós-guerras. Esse tipo de governo tem uma limitação, o crescimento econômico. Ele somente é viável durante épocas de crescimento econômico. Sendo assim, como o capital é envolto em crises sistêmicas, tal tipo de governo é inviável ao longo do tempo (como se comprovou com os protestos que assolaram o país em 2013).

Diante de tal quadro o governo brasileiro passará por um momento de inflexão, onde terá que decidir entre o capital e o proletariado.

Destarte, existem três futuros prováveis para a relação entre os Bancos/capitalistas rentistas e o governo brasileiro. A primeira é que o governo tenda para o lado do capital financeiro. Com isso, ele teria que retomar as pautas das reformas neoliberais do estado brasileiro, com o objetivo de liberar mais recursos do orçamento geral da união para os pagamentos dos juros da dívida pública, diminuindo os programas sociais e os direitos dos trabalhadores.

Uma segunda possibilidade é a estatização de todo o sistema financeiro nacional. Ademais, os lucros obtidos voltariam para a sociedade como um todo, gerando mais caixa para o estado. Diante do cenário político nacional e internacional, tal alternativa é inviável, pois, para que isso ocorresse teria que haver um movimento revolucionário a nível mundial.

A terceira alternativa é aprofundar o processo civilizatório brasileiro, retirando o capital financeiro do protagonismo nacional, trazendo os seus lucros para níveis aceitáveis (consequentemente alterando o tripé macroeconômico neoliberal); colocando em seu lugar o setor produtivo nacional, principalmente a indústria; aumentando os investimentos em infraestrutura, principalmente a produtiva e a urbana; e melhorando a qualidade dos serviços públicos prestados.

REFERÊNCIAS

ASSAFNETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico-Financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BACEN. Banco Central do Brasil. Sistema Financeiro Nacional. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP> > Acesso em: 01 Out 2013.

BB. Banco do Brasil SA. Demonstrações Contábeis. Disponível em: < <http://www.bb.com.br/portallbb/home2,136,136,0,0,1,8.bb> > Acesso em: 01 Out 2013.

BRADESCO. Banco Bradesco SA. Demonstrações Contábeis. Disponível em: < <http://www.bradesco.com.br/site/conteudo/informacoes-financeiras/demonstracoes-financeiras.aspx?secaoId=721> > Acesso em: 01 Out 2013.

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A Crise Financeira Global e Depois: Um Novo Capitalismo?**. São Paulo: 2010.
- BRUNI, Adriano Leal. **A Análise Contábil e Financeira**. São Paulo: Atlas, 2010.
- CAIXA. Caixa Econômica Federal. Demonstrativo Financeiro. Disponível em: < <http://www1.caixa.gov.br/download/asp/download.asp> > Acesso em: 01 Out 2013.
- CORRÊA, Domingos Sávio. **O Movimento de Fusões e Aquisições de Empresas e o Processo de Privatização e Desnacionalização na Década de 1990: O Caso Brasileiro**. São Paulo: USP, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.
- FILGUEIRAS, Luiz. **O Neoliberalismo no Brasil: Estrutura, Dinâmica e Ajuste do Modelo Econômico**. Salvador, 2006.
- FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.
- HILLBRECHT, Ronald. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 1999.
- ITAÚ. Itaú Unibanco Holding SA. **Demonstrações Contábeis**. Disponível em: < <http://ww13.itaub.com.br/portalri/index.aspx?idioma=port> > Acesso em: 01 Out 2013.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas: UNICAMP, 2011.
- LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 2011.
- MINELLA, Ary Cesar. **Banqueiros: Organização e Poder Político no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: ANPOCS, 1988.
- NEVES, Silvério das; VICECONTI; Paulo Eduardo V. **Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras**. São Paulo: Frase, 2007.
- PETROBRAS. Petróleo Brasileiro SA. **Demonstrações Contábeis**. Disponível em:<<http://fundamentos.mz-ir.com/Default.aspx?c=160&f=762&cc=1&u=1&idm=0>> Acesso em: 01 Out 2013.
- SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**. São Paulo: 2008.
- SINGER, André Vitor. **Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.